

# Novidades do mandato

COMTE NA MÍDIA



## Regime tributário especial até 2032 traz folego para o Setor Têxtil

Em entrevista ao SBT, Comte fala sobre as contrapartidas benéficas da prorrogação do Regime Especial de Tributação do setor têxtil até 2032. A iniciativa, que é uma das principais bandeiras defendidas pelo mandato, foi aprovada na Alerj no último dia 2/8 e representa um importante incremento para a economia do Rio de Janeiro.

“A geração de empregos, o recolhimento de tributos, além da maior circulação de renda no arranjo produtivo local são, sem dúvida, os maiores ganhos. O incentivo traz uma segurança jurídica para que as atuais empresas formais do estado, como as da moda íntima de Nova Friburgo, permaneçam competitivas frente ao mercado nacional”



**CLIQUE E  
ASSISTA!**

---

**Agência Reguladora única prevê fim de indicações políticas**

O Projeto de Lei 3184/17, que prevê a criação de uma agência única para a fiscalização de serviços públicos de transporte, gás e saneamento, começa a tramitar na Alerj e é destaque no jornal O Globo. O texto é resultado do trabalho da Comissão Especial das Agências Reguladoras, presidida por Comte, que debateu a matéria, durante cinco meses, com especialistas; concessionárias; poder concedente; agências; usuários e TCE.

“Durante as duas últimas décadas, a relação do triângulo regulatório sofreu inúmeras mudanças que não foram acompanhadas pelo sistema fiscalizador. É preciso atualizar a legislação em vigor, garantindo mais transparência e autonomia às agências para que o acompanhamento dos serviços concedidos à população aconteça de forma mais efetiva”

# O GLOBO

## Alerj demora a publicar projeto que limita indicações políticas em agências reguladoras

Texto não foi divulgado no Diário Oficial mesmo após ter sido protocolado há mais de um mês

Para o deputado **Comte Bittencourt** (PPS), um dos autores do projeto, o texto tem “aderência parcial” entre os colegas da Casa:

— A gente mexe em questões que não agradam a todos, como a forma de escolher os conselheiros. É um bom momento para fazê-lo, já que a Lava Jato está investigando o setor de transportes do Rio. A agência tem que ter um perfil independente e autônomo, como um órgão de estado tem que ter — disse Comte, se referindo à operação Ponto Final, da Polícia Federal, que prendeu cartolas do setor de transportes no Rio e indicou que deputados estaduais recebiam propina dessas empresas.

Leia  
+

**Linha seletiva das barcas deve ter tarifa reduzida**

Comte conversou com o jornal O Globo – Niterói e reafirmou o posicionamento de que o novo contrato de concessão das Barcas deve garantir que o valor da tarifa da linha seletiva não ultrapasse o dobro da social, como prevê o PL 2.555/17 de sua autoria, em tramitação na Alerj. A alternativa seria uma “linha paradora” das barcas em Niterói, modelo de sucesso já adotado em outros países.

# O GLOBO

## Barcas: deputados querem nova audiência

Parlamentar diz que pode barrar licitação se tema não for amplamente discutido

Nove deputados assinaram solicitação para que a Comissão Permanente de Transportes da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) realize uma audiência sobre o novo modelo de concessão de transporte hidroviário. De acordo com os parlamentares, a reunião é necessária para discutir os mais de 30 projetos de lei que tramitam na casa sobre o assunto. Eles querem também acesso às sugestões recebidas pela Secretaria estadual de Transportes (Setrans) para o novo edital de concessão das barcas. O pedido, feito em regime de urgência, chegou num momento no qual o governo do estado tenta acelerar a licitação do serviço, atualmente nas mãos da CCR Barcas.

Em declarações recentes, o secretário estadual de Transportes, Rodrigo Vieira, afirmou que a intenção era ter uma empresa nova administrando o serviço até fevereiro. Para um dos autores do pedido, o deputado e vice-prefeito licenciado de Niterói **Comte Bittencourt** (PPS), o cronograma não é possível de ser cumprido.

— Se ele (Rodrigo Vieira) está pensando em começar a operar em fevereiro, isso quer dizer que o edital deverá estar na rua nos próximos dois meses, e nisso eu não acredito — afirmou o deputado. — Ainda vai ter muita luta nossa em torno desse tema. O ideal seria, em fevereiro, ter o edital publicado, mas não uma empresa operando já o serviço.

### LINHA PARADORA

Comte afirma que, caso o governo do estado decida forçar a licitação, a Alerj pode pedir a suspensão da mesma:

— Achamos que essa questão merece mais tempo. Podemos votar até uma matéria suspendendo o edital, mas estamos falando de uma situação limite.

De acordo com o Comte, a prioridade é discutir como ficará a tarifa da linha Charitas-Praça Quinze; hoje ela é seletiva e custa R\$ 16,50. A redução da passagem é reivindicada por parlamentares ligados a Niterói e pelo próprio prefeito Rodrigo Neves (PV). No plano operacional básico do serviço para a nova licitação, publicado no site da Setrans, o valor da tarifa foi mantido.

Há um projeto de lei estabelecendo que a tarifa seletiva não ultrapasse o dobro da social (hoje de R\$ 5,90). Como alternativa, Comte sugere uma “linha paradora” das barcas em Niterói.

— Seria um horário alternativo com tarifa mais próxima da social, na qual a barca sairia de Charitas, iria até Araribóia pegar mais passageiros e, de lá, iria para o Rio. Em vários lugares do mundo funciona assim.

Em nota, a Setrans informou que as sugestões estão em fase de análise e não deu prazo para concluir o processo licitatório. •

Leia  
+

“O estado precisa reconhecer a necessidade da diminuição da tarifa praticada nas linhas seletivas das barcas. Abrir esse debate é uma questão, acima de tudo, de responsabilidade social”

## Comte defende autonomia financeira para as universidades estaduais

O jornal O Globo destacou o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 47, de coautoria de Comte, que prevê a transferência de verbas mensalmente às universidades estaduais, através do duodécimo. Com a autonomia financeira assegurada, as instituições passariam a executar

seu próprio orçamento de forma planejada, como já acontece com o Legislativo e Judiciário.

“Garantir a autonomia financeira das nossas universidades, através do repasse mensal de recursos, é assegurar o futuro do Rio de Janeiro com o pleno funcionamento do seu ensino superior público. Não há como pensar em soluções para superar a crise fiscal que não passem pelo incentivo de pesquisa, ciência, tecnologia e inovação!”

**O GLOBO**

## Deputados propõem PEC para que Uerj passe a receber duodécimos

Se for aprovada, universidade teria repasses em dia, como acontece com TJ e MP

**CARINA BACELAR**  
carina.gomes@globo.com.br

Deputados estaduais ingressaram com uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que confere autonomia orçamentária à Uerj. Na prática, a universidade passaria a elaborar seu próprio orçamento, enviá-lo ao Executivo e receber, até o fim de cada mês, duodécimos (parcelas do orçamento total de 12 meses), de forma semelhante ao que ocorre hoje com o Ministério Público e o Tribunal de Justiça.

O não repasse de duodécimos a esses órgãos fere a Constituição e implica em crime de responsabilidade, que pode levar a um processo de impeachment. Para os deputados, a regra mais dura, em âmbito estadual, pode amenizar a carência de repasses para a universidade, observada desde o início da crise. Em 2017, a Uerj tem dotação orçamentária de R\$ 1,13 bilhão, o que seria equivalente a um repasse mensal de R\$ 94,6 milhões. Mas só conseguiu executar, efetivamente, R\$ 75 milhões ao mês — e pagar o equivalente a R\$ 48,19 milhões mensais. O levantamento é da Comissão de Educação, presidida por **Comte Bittencourt** (PPS), que há anos defende a ideia transformada em PEC.

— Hoje a situação de repasses é trágica. Assim a universidade é levada à insolvência completa — ressalta o deputado.

Comte disse que, independentemente da decisão do plenário, que tem que aprovar a PEC em dois turnos e com votos de 42 dos 70 deputados, a Comissão de Orçamento da Alerj já vai incluir, na Lei Orçamentária de 2018, uma emenda que estabelece o repasse de duodécimos à Uerj.

Além da Uerj, a PEC também garantiria repasses mensais obrigatórios para a Universidade Estadual do Norte Fluminense (Unef) e para a Fundação Centro Universitário Estadual Zona Oeste (Uezoz).

**PROPOSTA JÁ ESTEVE EM LEI**

Um dos deputados que assina a PEC, Luiz Paulo Corrêa da Rocha (PSDB) explica que a proposta consta no artigo 309 da Constituição Estadual. Mas a destinação de 6% das receitas tributárias do estado para a universidade foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal e os efeitos do artigo inteiro foram suspensos. Desta vez, os deputados não pedem um percentual fixo, e sim o cumprimento de uma proposta orçamentária elaborada pela universidade:

— Estamos aguardando o parecer da Comissão de Emendas Constitucionais para solicitarmos a inclusão na pauta. Enquanto isso, estamos construindo maioria — afirmou Luiz Paulo. A PEC ainda não tem data para ser votada. ●


Leia +

## Incentivos fiscais apenas com contrapartidas benéficas

Comte apresentou emenda ao Projeto de Lei que restringe a concessão de incentivos fiscais durante o Regime de Recuperação Fiscal, mas permitia ao Executivo fazê-lo através de decreto. A partir da iniciativa, ficou definido que

os novos benefícios tributários ou financeiros com valor superior a R\$ 200 milhões só poderão ser regulamentados pelo governo após autorização da Assembleia.

“Não podíamos permitir que o governo continuasse a conceder benefícios de forma irresponsável e imoral como vinha acontecendo em muitos casos. O benefício deve ter o único propósito de alavancar setores que tenham sua contrapartida social e econômica comprovada.”



**ANCELMO.COM**

EMENDA "ADRIANA ANSELMO"

POR ANA CLÁUDIA GUIMARÃES 02/08/2017 17:35

O governo do Rio é incansável quando o assunto é manter sua autonomia para conceder incentivos fiscais. No Projeto de Lei enviado à Alerj para proibir a concessão e ampliação dos benefícios durante a vigência do Plano de Recuperação Fiscal, um artigo permitiria que o chefe do Executivo voltasse a conceder as benesses através de decreto. O deputado Comte Bittencourt percebeu o artifício e apresentou emenda para excluir o artigo. Vale lembrar que era desta forma que as joalherias frequentadas por Adriana Anselmo recebiam vantagens

ACOMPANHE NOSSAS REDES

